

# *Musealização e tecnologização da língua no Museu da Língua Portuguesa*

Musealization and technologizing of language at  
the Museu da Língua Portuguesa

*Larissa Montagner Cervo*

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

**Resumo:** Neste artigo, tratamos da língua como objeto de museu em face do Museu da Língua Portuguesa. Inscritos na perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, discutimos o modo de constituição do arquivo do referido museu, observando a língua como objeto simbólico que desliza por entre distintos movimentos de sentido, no jogo entre a possibilidade de um efeito de estabilização e o acontecimento no mundo. Tal proposta nos encaminha à reflexão sobre um possível processo de “musealização” da língua, ao mesmo tempo em que engloba os conceitos de museu e de arquivo revistos em sua historicidade.

**Palavras-chave:** Língua. Museu. Arquivo. Museu da Língua Portuguesa.

**Abstract:** In this article, we treat language as a museum object based on the Museu da Língua Portuguesa. Drawing on the theoretical and methodological approaches in Discourse Analysis, we discuss how the archives of this museum are established, observing language as a symbolic object that slides between distinctive movement of meaning, in the game between the possibility of a stabilizing effect and the event in the world. Such proposal leads us to a reflection regarding a possible process of “musealization” of language, while encompassing the concepts of museum and archives reviewed in their historicity.

**Keywords:** Language. Museum. Archive. Museu da Língua Portuguesa.

## Introdução

Roudinesco, em sua conferência “O poder do arquivo” (2006), trata da ideia louca de que podemos arquivar tudo, o que faz do arquivo um poderoso imperativo de e para a história. E, particularmente, por muito tempo, em face à inauguração do Museu da Língua Portuguesa (São Paulo, 2006), creditamos a tomada da língua como objeto de um museu como uma dessas ideias loucas, ainda que geniais do ponto de vista do equipamento tecnológico e cultural resultante. O Museu da Língua Portuguesa é um instrumento linguístico (PETRI, 2012) que se propõe a recuperar a história e a etimologia da língua portuguesa a partir de um grande inventário que trata, em especial, da origem da língua, da origem das palavras, de quem são os sujeitos falantes e da literatura que deve ser lida. No entanto, se constitui a partir do que temos tratado como fuga ou, ainda, transgressão em relação ao nosso senso comum sobre arquivo: ao anunciar e enunciar a guarda do objeto língua portuguesa no lugar dos objetos da cultura material, lugar de presença, não de ausência, o museu em foco não acumula objetos, ao mesmo tempo em que não se desfaz do efeito de completude necessário à constituição de arquivo.

Nosso objetivo, neste trabalho, é refletir sobre o processo de constituição do arquivo do Museu da Língua Portuguesa, na deriva de um questionamento apenas aparentemente simples: como guardar a língua em um museu?<sup>1</sup>. Considerando a língua como base material e condição de realização de processos discursivos diferenciados (PÊCHEUX, 2009), procuraremos trabalhá-la como objeto simbólico que desliza por entre distintos movimentos de sentido – tanto em seu caráter imaginário quanto como possibilidade de acontecimento no mundo –, a fim de compreendermos o modo como a língua significa e acontece nessa condição de arquivo. Ao mesmo tempo, trabalharemos com os conceitos de museu e de arquivo, observando, no interior da análise, o modo como ambos são rearranjados, possibilitando que o Museu da Língua Portuguesa, a exemplo de outros museus da contemporaneidade, constituam arquivo sem soma de objetos. Cumpre ressaltarmos que esse processo ao qual nos detemos é parte de uma práti-

<sup>1</sup> Tal proposta advém de nossa tese de doutoramento, intitulada *Língua, patrimônio nosso* (CERVO, 2012), na qual nos dedicamos ao estudo de como significa a língua como patrimônio em face do Museu da Língua Portuguesa.

ca mais ampla, entendida no campo da Museologia como musealização (CURY, 2005), e nós a problematizaremos justamente pelo desconforto que ela nos causa: como se faz para musealizar a língua? O que essa prática nos diz em termos de política linguística?

### **O museu e o arquivo em uma leitura discursiva**

O museu é uma instituição de poder que, entre outras, é encarregada pela memória de arquivo, aquela definida por Orlandi (2006) como a “que as Instituições (Escola, Museu, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado”. Sua razão sócio-histórica encontra seu mais importante fundamento no fato de que não revivemos nossas memórias o tempo todo, já que nossa memória é esburacada, tal como nos ensina Pêcheux (1999). Assim, nós precisamos de suportes de memória que se prestem à “vigilância” das nossas lembranças para que elas não sejam esquecidas, perdendo-se no tempo. Nora (1997) conceitua tais suportes como lugares de memória, lugares que constituem arquivo, aqui entendido como o conjunto de objetos simbólicos que significam pelos conteúdos imaginários daquilo que guardam e que, tão somente, ressignificam enunciados já ditos, a partir de uma interpretação do passado que encaminha para o presente e para o futuro. Em outras palavras, lugares cujo mote de significação parte de uma *vontade de memória* (NORA, 2007), memória esta na qual os lugares de memória se inscrevem para se constituir e em relação à qual também promovem uma dada naturalização no nosso cotidiano, muito embora os lugares de memória não parem o tempo, tampouco, como afirma o autor (NORA, 2007), fixem um estado de coisas.

Anderson (2008), ao trabalhar o conceito de nação como algo da ordem do imaginário, aproxima os museus dos mapas e dos sentidos, mostrando como essas três instâncias se constituem em signos puros, urdiduras do pensamento classificatório e totalizante que transforma datas em eventos, passagens rápidas em marcos fundadores nacionais. Tudo isso, no nosso gesto de interpretação, porque o museu pratica e corrobora (com) o processo de *temporalização da memória coletiva, de regência do passado* (ROBIN, 1989) em relação ao presente e ao futuro. Não é à toa que, em museus, buscamos *coisas a saber* (PÊCHEUX, 2002), noção que aqui abrange histórias, imagens, provas materiais, personagens principais, referências e testemunhos afins que, via arquivo, inventariam nossa his-

tória, ancorando-nos no espaço-tempo de nossa constituição cidadã. Por essa razão, nem todo tema histórico ou objeto simbólico é passível de se transformar em objeto de museu, apenas aqueles legitimados em termos de memória histórica e coletiva. Tais objetos são apontados por Teixeira Coelho (2004) como pontos altos de uma cultura e, uma vez organizados e disponibilizados em exposições que contam histórias sobre determinadas memórias, passam a fazer parte de um processo de *politização de lembranças* (CHAGAS, 2002), processe este em que o arquivo significa como fronteira política e material do que lembrar e do que esquecer.

A questão do arquivo é essencial para pensarmos o processo de constituição de um museu. Uma primeira definição genérica sobre o conceito que consideramos elucidativa seria a seguinte:

Todo arquivo responde a estratégias institucionais de organização e conservação de documentos e acervos, e através delas, de gestão de memória de uma sociedade. Enquanto tal, todo arquivo é resultado de um cruzamento de diversos procedimentos de identificação dos documentos que o compõem, seja através das datas, disciplinas, temas e/ou nomes próprios (de lugar, de autor, de obra, de instituição), que os aloca dentro de uma ou mais séries arquivísticas. (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 97).

Na Análise de Discurso, o arquivo é definido por Pêcheux (1997, p. 57) como o “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. O conceito remete a um campo discursivo de documentos reunidos e organizados por uma filiação de memória, os quais são lidos, segundo Zoppi-Fontana (2005), por um efeito de fechamento, de congelamento e de escritura no tempo que se realiza na/pela materialidade da língua, inscrição esta que, para nós, significa o arquivo tanto sujeito à interpretação quanto resultado de uma interpretação.

O arquivo é uma discursividade produzida a partir de uma leitura feita no limiar da memória institucional e dos efeitos da memória produzidos pelo interdiscurso, resultando em estabilidade ou em deslocamento de sentidos (ORLANDI, 2003). Sendo um campo organizado de/da leitura do legível em relação ao próprio legível, ele se relaciona com a memória discursiva entendida como *princípio de legibilidade dos enunciados* (ZOPPI-FONTANA, 2005), contudo distancia-se dela em uma perspectiva conceitual:

[...] o arquivo, à diferença da memória discursiva, estrutura-se pelo não esquecimento, pela presença, pelo acúmulo, pelo efeito de completude. E, também, pela autoria em relação a práticas de escrita, de legitimação, de documentação, de indexação, de catalogação, de permanência, de acessibilidade. (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 97).

Como efeito de uma interpretação e em sendo presença e não esquecimento, acúmulo e não dispersão, o arquivo “desconhece um seu exterior, [...] apaga a referência a discursos outros, [...] se concentra sobre si mesmo, estabelecendo uma rede interna de citações datadas, de referências intertextuais precisas, que produzem um efeito de completude [...]” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 98).

A leitura de arquivo sob esse viés do discurso difere da compreensão de arquivo do campo da documentação. Romão (2011), fazendo as devidas aproximações e os distanciamentos, mostra que a perspectiva da documentação trabalha com as práticas de organização, guarda e disponibilização de documentos sob o ponto de vista da técnica prioritariamente, e não da instância político-discursiva que as constitui. No entanto, todo arquivo é resultado de um trabalho de leitura, reunião e ordenamento de documentos de diversas ordens (públicas ou privadas), práticas essas que funcionam sempre em relação ao silenciamento do que não foi escolhido, ao gesto de interpretação que dá contorno à organização dos elementos e à construção da narrativa. Também, ao efeito de completude que se constitui nesta organização, haja vista que o arquivo cria a ilusão de que os elementos necessários para a “reconstituição” de uma memória estariam ali presentes e reunidos em sua força simbólica. Isso é da ordem do político e é também uma *injunção ideológica* (ROMÃO, 2011). Organizar o que é disperso, linearizando, sob um efeito de verdade e de completude, é uma prática política e de poder sobre a memória, porque a montagem do arquivo sempre é uma decisão entre o que, como e por quais meios contar uma história sobre uma memória, e esse não é um processo automático e técnico tão somente.

### **Um outro/novo museu para a língua no museu?**

Esse processo que vimos descrevendo e que se volta à construção de arquivos em museus está atrelado a uma noção mais ampla, própria da Museologia, que trata da seleção, organização e ressignificação de valores atribuídos a objetos simbólicos tirados de seus contextos de

origem para o contexto de um museu: a musealização<sup>2</sup> (CURY, 2005). Em museus tradicionais, cuja estrutura é estabelecida pelos limites do edifício, da construção arquitetônica, a historicização de uma memória se dá pela produção de um discurso sobre e com a ilusão do novo, discurso esse que, em verdade, constitui-se por um processo de atribuição de novos significados aos objetos em outro espaço-tempo. Os objetos simbólicos são deslocados de seu lugar de origem, aquele onde antes faziam sentido, e reunidos em um lugar outro, junto a outros elementos para formar um cenário. Isso significa que a prática de arquivo é uma prática de reconstituição de algo da ordem do já antes legitimado por/em uma dada memória histórica, as suas “provas materiais e simbólicas” de existência, a saber, os objetos patrimoniais, a partir de uma releitura dessa mesma memória, o que nos conduz a um gesto político de valoração no interior do que, por si só, já é social e historicamente valorizado, tal como uma passagem do “visível ao nomeado”. Nesse novo lugar, os objetos ressignificam, constituindo-se singularmente pelo seu valor de memória histórica, mas, em se tratando do conjunto de diferentes vozes, pratica-se um controle da polissemia e uma linearização da dispersão da narrativa, cujo efeito, o discurso que conta uma história sobre uma memória, pode tanto se inscrever no mesmo quanto deslocar, pela tomada uma palavra por outra. Por tudo isso, a musealização é vista como o processo que resulta em uma prática de construção de simulacros (DELEUZE, 2006) no interior de museus, via exposições que significam como versões, mas cujo efeito de estabilização necessário ao arquivo e ao patrimônio só acontece na ordem do discursivo<sup>3</sup>.

2 Estamos nos reportando, aqui, à musealização voltada ao museu-casa, ao museu-edifício, uma vez que o Museu da Língua Portuguesa se constitui dessa estrutura arquitetônica. Entretanto, cumpre mencionarmos que a Nova Museologia (CHAGAS, 2002) já trabalha a musealização no formato de museus vivos, os também chamados ecomuseus ou museus territoriais, nos quais não há prática de estabilização discursiva e parafrástica de arquivo expositivo, e sim ressignificação de valores e vivência das tradições *in situ* (CURY, 2005). O arquivo, nesse caso, é errante, desordenado, mas encontra no cotidiano das práticas e dos ritos simbólicos o argumento para constituir-se como tal por tudo aquilo que resiste, que persiste, que se mantém naquele determinado limite territorial. O próprio da função museológica também não se desfaz, até porque, de outro modo, não seria necessário considerar uma comunidade um museu ou, em outras palavras, um território simbolicamente demarcado e protegido.

3 Posicionamo-nos contra qualquer ideia de espelhamento ou colamento de sentidos no objeto, o que daria vazão para o tratamento da relação entre memória e objetos simbólicos como algo da ordem da transparência e da obviedade. Para nós, museu, arquivo e patrimônio só se constituem enquanto meios de preservação a partir de um efeito de estabilização parafrástica que promovem na ordem do discursivo (CERVO, 2012), já que uma memória é “sempre reconstruída na enunciação” (SCHERER; TASCETTO, 2005, p. 123) e já que o simbólico é uma questão aberta e insta à interpretação (ORLANDI, 2007).

Em se tratando da língua como objeto de museu, como podemos descrever esse movimento de musealização em face a um museu-casa, a um museu-edifício que se propõe a guardar a língua portuguesa? Como musealizar a língua e o que dela musealizar, tomando como testemunho de uma vivência coletiva e com valor de memória histórica? Teria a língua objetos de representação que pudéssemos “levar” ao museu? Em um primeiro momento, facilmente nos reportamos a um dado imaginário social de língua que associa a historicidade desta a espaços como bibliotecas, arquivos históricos ou até mesmo museus dedicados a poetas e escritores, enfim, lugares que pressupõem a textualização ou ainda a materialização da língua escrita, em estado de dicionário, em obras, textos, documentos etc., apesar de o senso comum, nesse caso, não se restringir somente a isso. No entanto, no interior do Museu da Língua, não encontramos sequer um único livro, apenas a representação de obras em forma de leitura, audição e exposição, o que significa que a museografia do museu escapa ao sentido de soma de livros e obras em prateleiras. Como explicar, então, um museu como este?

Para responder ao nosso próprio questionamento, voltamos à questão do arquivo. Roudinesco (2006) afirma que a ideia louca de tudo arquivar decorre do fato de que o arquivo é uma necessidade histórica ou, ainda, condição da história, tanto que ele existe no entremeio de dois impossíveis, dois limites de uma mesma interdição: o seu excesso, que remete ao absolutismo, e a sua ausência, relacionada à falta de vestígios. No entanto, em sendo condição da história, o arquivo também é afetado pela história na qual ele se inscreve, já que, como sugere Mariani (2010), nos arquivos são inscritos sintomas da época em que eles foram organizados e é justamente com esses sintomas que um pesquisador se depara. Assim, em termos da historicidade do arquivo do Museu da Língua Portuguesa, do modo como ele é constituído e do modo como os sentidos são interpretados e administrados, entendemos que a prática de musealização relaciona-se de todo modo com o objeto que lá está em funcionamento ou, ainda, com a interpretação que o museu produz em relação a esse objeto. Expliquemo-nos.

O Museu da Língua Portuguesa se constitui por dois grandes setores de instalação, o permanente e o de exposições temporárias. A museografia das instalações permanentes é em boa parte construída a partir do que vamos chamar de tecnologia audiovisual, aquela que se constitui do virtual como materialidade significativa e que precisa do

sujeito para o fazer-surgir do sentido, processo esse que cria o imaginário da interatividade e a partilha da experiência, dada a efemeridade constitutiva do virtual. Nesse setor, o arquivo funciona oferecendo o conhecimento sobre a língua em pedaços, de acordo, sim, com o momento de atualização dos sentidos, mas também com o interesse de o visitante assistir a um vídeo inteiro ou de ele sentar-se, clicar, colocar-se disponível à escuta. Indiretamente, isso responsabiliza o sujeito, que tem de se colocar na posição de sujeito desejante para, enfim, “interagir” com o objeto simbólico, conhecendo meandros de sua significação que não estão visíveis como se estivessem disponíveis tal como em uma exposição tradicional e que precisam ser acionados a fim de que a narrativa desse museu se constitua enquanto acontecimento discursivo.

Já no setor de exposições temporárias, encontramos o “carro-chefe” de divulgação do museu e o espaço reservado à metaforização da língua pela arte ou por diferentes técnicas e materialidades significantes. Em geral, as exposições se inscrevem em uma memória discursiva que sustenta um imaginário de língua já em funcionamento no social e, em relação a ele, produzem um (re)arranjo expositivo, sob o efeito do novo, o que nos convida a ver, rever, repensar sobre algo que de alguma maneira já nos é familiar, mas que nós conhecemos em outro formato e em outras condições de produção. Os temas se dividem no que nós formulamos como dois grandes eixos, quais sejam, o linguístico e o literário: ou as exposições ressignificam o pré-construído do cânone, de grandes autores e obras da literatura brasileira e portuguesa, aqueles que são aceitos e ensinados e que todos devem conhecer, ou tratam de questões de e sobre a língua, como influências entre línguas e certo e errado, temas esses que também recuperam uma noção de língua em funcionamento no/pelo senso comum.

De um modo genérico, podemos dizer que o funcionamento do espaço museográfico desse museu explora muito o que Van Praet (2005) designa como *mídia-exposição*, uma forma de museografia ligada às novas tecnologias de informação e responsável por um efeito de inapreensão do objeto, o qual joga na contramão da exposição organizada sob a forma de acúmulo e com vistas à contemplação. Na mídia-exposição, não há preocupação com o conhecimento do arquivo em seu efeito de completude; há, outrossim, a preocupação com a partilha de saberes e experiências, o que se concretiza pela ilusão de que todos os sujeitos visitantes podem interagir com o real do objeto em exposição em diferentes temporalidades.

De modo mais amplo, isso nos faz pensar que, talvez, a discussão sobre o afastamento de um arquivo tradicional resida no fato de que, simplesmente, possa não ser mais possível ou mesmo atrativo que o acervo de um museu seja algo estático, imóvel e cumulativo, em face da modernização constante das tecnologias da informação e do modo como elas ressignificam nossas relações sociais. Ao mesmo tempo, e conseqüentemente, atesta um funcionamento discursivo que pressupõe, o tempo todo, ausência e presença de arquivo, na deriva do excesso e da falta que nos coloca Roudinesco (2006), o que indica, também, tal como formula Scherer (2011), que o lugar do arquivo é outro, não mais aquele tradicional.

Presença e ausência significam que o arquivo do Museu da Língua Portuguesa é e não é permanente, no sentido de que se constitui de acontecimentos discursivos da ordem do efêmero, tanto pelo virtual como materialidade significativa quanto pelas exposições temporárias, que são sempre substituídas, tal como muito bem trabalha Romão (2011). Diríamos, ainda, a respeito desse funcionamento efêmero, que ele desestabiliza o absolutismo do arquivo como algo já pronto, fechado à história como criação, já que nos reafirma que a completude é apenas um efeito da/na ordem do imaginário. Ora, permanentemente o arquivo do Museu da Língua Portuguesa se abre a outra exposição, que o torna um pouco mais completo, exposição essa que, mesmo sendo desfeita, de algum modo permanece enquanto parte de um universo mais amplo, o universo da língua. E esse, reforçamos, é um procedimento incessante, pois sempre vai haver uma outra exposição, no mesmo lugar, porém produzindo outros efeitos de sentido, o que, mesmo assim, não faz deste um arquivo desordenado ou errante. Pelo contrário, em meio a essas rápidas e temporárias aberturas, tudo o que ganha lugar no Museu da Língua Portuguesa é diferente em relação ao que já passou, porém da ordem da previsibilidade, do planejamento, e, como em qualquer outro museu, trata-se grandes representações do objeto, a exemplo dos grandes escritores no processo de significação da língua portuguesa como patrimônio. O sujeito, por sua vez, reiteramos, dificilmente acessa o todo do arquivo, mesmo quando este se dá como “fechado”, com exposição em cartaz, haja vista que a efemeridade, a presença e a ausência indicam que algo sempre fica na ordem do a ser visto ou do que não foi possível de se ver. Mas, talvez, reiteramos, essa completude enquanto efeito não se coloque mais como um devir necessário, em particular para o visitante.

Tratando de língua, como podemos explicar o modo como ela ganha forma material e sentido nesse processo? Para esse questionamento, recorremos a Pêcheux quando este postula que a língua é “a base comum de processos discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 2009, p. 81, grifos do autor). Considerar a língua como fonte material, mas em seu caráter polissêmico, possibilita refletirmos sobre distintos modos de existência da linguagem contemplando tanto a língua gramatical quanto o corpo pleno da língua, respectivamente os conceitos *língua imaginária* e *língua fluida* (ORLANDI, 2002), no limiar entre o que é da ordem do imaginário da estabilização e o que não é. A língua imaginária seria aquela tomada em seu caráter normativo, enquanto sistema fechado, artefato dos linguistas que procuram fixá-la em suas sistematizações. Já a língua fluida seria a língua no mundo, a que se aprisiona e que se inscreve na relação dos sujeitos com a história, constituindo-se em estrutura e acontecimento. Em termos do funcionamento do arquivo que estamos analisando, esse caráter polissêmico da língua é crucial na medida em que nos permite compreender a língua como objeto de museu enquanto objeto simbólico em funcionamento. Em outras palavras, o simulacro, a produção do efeito, na ordem do imaginário em sua relação com o simbólico, de que a língua tem imagem exterior e que está em exposição no museu nada mais é do que uma deriva do processo pelo qual, em decorrência dos efeitos de efemeridade e inapreensão do objeto, a língua é simulada, funciona como fluida – no sentido daquilo que acontece sem cessar –, mas se constitui como imaginária, até mesmo porque o arquivo é da ordem da sistematicidade, da estabilização.

Não há língua no museu? Arriscamos afirmar que não há arquivo que se constitua fora da língua, sem língua. Pode não haver no Museu da Língua Portuguesa soma de objetos de representação, mas há um mundo de/das/nas/pelas palavras, e, talvez, seja esta, a palavra, a materialidade linguística historicizada em arquivo no museu. Independente da materialidade significativa, não há parte do museu que se constitua sem palavra, seja ela dita, escrita, fixada, somada a outras palavras, desdobrada em letras, raízes, sufixos, prefixos, constituinte de frases, de verso e de prosa. Por todos os cantos, palavras na língua, pela língua e da língua, a língua portuguesa ou, quem sabe, o imaginário de língua em funcionamento no museu. Há uma Árvore de Palavras. Há uma Linha do Tempo que nos diz sobre uma história da língua portuguesa. Há os totens de Palavras Cruzadas e o Beco de Palavras que nos dão informações etimológicas, que mostram a raiz da língua. E as exposições? Em sendo os títulos a única coisa

que resta das exposições depois de desmontadas, nós entendemos que são eles, os títulos, em seu efeito de unidade, que nos dizem sobre o teor de cada exposição, o tema e/ou os personagens, portanto sobre o imaginário de língua que está sendo mobilizado e que nós entendemos que não foge a uma dada tradição escolar, até mesmo porque o museu, institucionalmente, é um lugar de poder que se constitui de memórias legitimadas em se tratando do imaginário de grupos ou de uma coletividade.

Língua estabilizada, língua simulada em seu movimento, língua acontecendo discursivamente. É importante pontuarmos que a simulação da língua não se trata da divisão da língua por seus falantes no espaço enunciativo. A movência e a fluidez, remissivas à inapreensão, são apenas alternativas encontradas para aludir à língua como acontecimento discursivo, e este é um limite que não é ultrapassado porque, no museu, a língua funciona de um modo técnico. Pela técnica, pelo virtual, por exemplo, a língua não é passível de poesia, o que assim colocamos a partir de uma citação que Orlandi (2007) faz na esteira de Milner. A língua é sujeita ao equívoco, à falha, ao deslize do sentido; a materialidade significativa do virtual, em contrapartida, não o é, haja vista que é da ordem do controle e da previsibilidade. Sim, há poesia no museu, nas paredes, nas exposições, mas não há produção discursiva passível de equívoco por parte do arquivo. Desse modo, recuperando mais uma vez a apenas simulação do funcionamento fluido, a efemeridade e a inapreensão talvez sejam modos de constituição do arquivo produzidos justamente para que a sensação da falta de arquivo signifique como vestígio da necessidade do sujeito para a língua se constituir. Não é à toa a convocação do sujeito por esse arquivo, a sua responsabilização no e pelo processo de fazer acontecer a língua como objeto no interior do museu. Por isso, também, o Museu da Língua Portuguesa como um museu inovador, com a moldura do tradicional e com o retrato do novo, já que é feito da estrutura arquetônica, mas, ao mesmo tempo, em sendo língua o seu objeto, precisa do sujeito como contrapartida para que o arquivo aconteça e, sobretudo, faça sentido.

### **Considerações finais**

Ausência e presença de arquivo, por muito tempo, deixaram em suspenso, para nós, a questão de o Museu da Língua Portuguesa significar efetivamente como um museu. Hoje, no entanto, acreditamos, de fato, que a sua função museológica não se desfaz. Primeiro, porque, dentro dos parâmetros da Nova Museologia (CHAGAS, 2002), a proposta da

mídia-exposição é justamente recuperar o público de museus a partir de uma museografia atrativa, inovadora, sem que a instituição museu deixe de cumprir o seu papel como lugar de memória. Segundo, porque no caso da língua como arquivo, a guarda está muito mais para o sujeito, não para o museu, afinal, sem falantes, não há língua, não há memória para ser historicizada, no entanto é o museu que simboliza a língua em um lugar fundante e fundamental da nossa memória coletiva e constituição cidadã, o que se realiza pela delimitação de fronteiras no/do/pelo arquivo. Então, é o museu, sim, um guardião simbólico do patrimônio língua portuguesa.

A musealização da língua é esse processo de significação da língua em objeto de museu, uma prática de reinscrição de princípios valorativos que faz da língua também um patrimônio (CERVO, 2012). Tratamos de reinscrição porque o museu não parte do acaso ou do novo para o gesto de dar visibilidade. Pelo contrário, ele recupera um imaginário de língua já antes historicizado nas e pelas gramáticas e dicionários, pelo saber escolar, e, em relação a esse imaginário, reinscreve princípios valorativos que tangem à ressignificação política da língua por formas outras de nomeação e designação no interior dos espaços reservados ao patrimônio, tal qual uma passagem do “visível ao nomeado”. Em termos de política linguística, observamos, aqui, tão somente, um reforço quanto aos sentidos de evidência significados na e pela memória e história dessa língua cujo nome coincide com o nome da língua comum a todos os brasileiros. É por essa razão que, em vez de sugerir qualquer medida de congelamento ou petrificação, a musealização que ocorre no Museu da Língua Portuguesa se dá como uma forma outra de tecnologização da língua, que aproxima o modo de constituição e funcionamento do Museu da Língua Portuguesa aos instrumentos linguísticos, tal qual propõe Petri (2012).

Para finalizar, lembramos de Huyssen (2004), um autor que trata da musealização como algo que vai além do processo de transformação de objetos simbólicos em objetos de museu. Para o autor, a memória tornou-se uma obsessão cultural em proporções monumentais, em função do que, simplesmente, se vê e se vive hoje: não revivemos nossas memórias o tempo todo, como também, ao que parece, nunca estivemos tão longe delas. Nesse sentido, a musealização da língua pelo Museu da Língua Portuguesa é um acontecimento que faz parte daquilo que Robin (1989) trata como *temporalização da memória nacional* e que, a exemplo de

outros acontecimentos do gênero (a comemoração de dias das línguas nacionais, a criação de moedas da língua etc.), coloca o nome da língua numa série do repetível, tal qual num gesto político de valorização e de – por vezes, forçosa – rememoração/comemoração do que entendemos como ser também uma questão de territorialização de identidade. Eis, aí, portanto, o museu cumprindo sua função sócio-histórica.

## Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Traduzido por D. Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CERVO, Larissa Montagner. **Língua, patrimônio nosso**. 2012. 199 f. Tese (Doutorado em Letras)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, Portugal, v. 19, n. 19, p. 35-68, 2002.

CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. 2. ed. Tradução de L. Orlandi e R. Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

MARIANI, Bethania. Arquivo e língua nacional: percursos de pesquisa. In: TEDESCO, M. T.; MEDEIROS, V. G. (Org.). **Travessias nos estudos de língua portuguesa**: homenagem a Evanildo Bechara e Olmar Guedes. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010. p. 100-114.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Les lieux de mémoire**. Paris, France: Gallimard, 1997. Tomo I. p. 7-15.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: conversa com Eni Orlandi. Entrevista realizada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Goulart Barreto – UERJ. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez. 2006. Disponível em: <<http://espacolinguisticouems.wordpress.com/2009/08/25/entrevista-2-profa-dra-eni-p-orlandi/>>. Acesso em: 25 out. 2012.

Larissa  
Montagner  
Cervo

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

186

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento lingüístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Tradução de E. P. Orlandi et. al. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2009. p. 129-168.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução de J. H. Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-58.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. Tradução de M. G. L. M. do Amaral. In: ORLANDI, Eni Puccinelli et al. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 2. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997. p. 23-37.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? 3. ed. Tradução de E. P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2002. p. 43-65.

PETRI, Verli. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, SP, n. 29, jan./jun. 2012. p. 23-37.

ROBIN, Régine. **Extrait du roman mémoriel**. Montreal: Le Préambule, 1989. Disponível em: <<http://www.er.uqam.ca/nobel/r24136/pdf/extraitmemoriel.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2011.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Exposições do Museu da Língua Portuguesa**: arquivo e acontecimento e(m) discurso. São Carlos, SP: Pedro & João, 2011.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A análise e o arquivo**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.

SCHERER, Amanda Eloina. Museu da Língua pela *palavra* de Lucília. In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Exposições do Museu da Língua Portuguesa**: arquivo e acontecimento e(m) discurso. São Carlos, SP: Pedro & João, 2011. p. 13-20.

\_\_\_\_\_; TASCHETTO, Tania Regina. O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos lingüístico-discursivos. **Estudos da Língua(gem)**. Michel Pêcheux e a análise de discurso. Vitória da Conquista, n. 1, p. 119-123, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/n1jun2005/artigos/scherer-taschetto.pdf>>. Acesso em: 1º jun. 2011.

VAN PRAET, Michel. Entrevista com Michel Van Praet, Jean Davallon e Daniel Jacobi. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 356-359, 2005. Três olhares de além-mar: o museu como espaço de divulgação da ciência. Entrevista concedida a L. S. Koptcke e L. Massarani. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v1250/17.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2006.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Arquivo jurídico e exterioridade: a construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, Eduardo; BRUM-DE-PAULA, Mirian Rose (Org.). **Sentido e memória**. Campinas, SP: Pontes, 2005. p. 93-116.

*Musealização e  
tecnologização  
da língua no  
Museu da Língua  
Portuguesa*

---

187